Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Empresarial da
Comarca da Capital

Barcas S/A - Estação da Praça XV- Falta de equipamentos de segurança contra incêndio e pânico na estação, constituindo risco à vida e à segurança dos usuários - Inadequada prestação do serviço público - Irregularidade nas condições de Segurança Contra Incêndio e Pânico - Vício do Serviço - Violação aos artigos 6º, I, X; 8º e 22, todos do Código de Defesa do Consumidor.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio do Promotor de Justiça que ao final subscreve, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, e com fulcro na Lei 7.347/85 e 8.078/90, **ajuizar** a competente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA CONSUMERISTA com pedido de liminar

em face de **BARCAS S/A - TRANSPORTES MARÍTIMOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 33.644.865/0001-40, com sede na Praça Quinze de Novembro, nº 34, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.010-010, pelas razões que passa a expor:

a) A legitimidade do Ministério Público

O Ministério Público possui legitimidade para a propositura de ações em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, nos termos do art. 81, parágrafo único, I, II e III c/c art. 82, I, da Lei nº 8.078/90. Ainda mais em hipóteses como a do caso em tela, em que o número de lesados é muito expressivo, vez que é sabido que a empresas de que trata o presente possuem milhares de usuários. É claro, portanto, o interesse social que justifica a atuação do Ministério Público.

Nesse sentido podem ser citados vários acórdãos do E. Superior Tribunal de Justiça, entre os quais:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COLETIVA. DIREITOS COLETIVOS, INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E DIFUSOS. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE. JURISPRUDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.
- O Ministério Público é parte legítima para ajuizar ação coletiva de proteção ao consumidor, inclusive para tutela de interesses e direitos coletivos e individuais homogêneos. (AGA 253686/SP, 4ª Turma, DJ 05/06/2000, pág. 176).

DOS FATOS

A ré presta serviço público de transporte coletivo aquaviário no Estado do Rio de Janeiro.

Ocorre que a ré desrespeita os direitos dos consumidores, usuários dos serviços da concessionária supra citada, vez que sua estação de maior fluxo - Praça

XV - não possui condições adequadas de segurança contra incêndio e pânico, eis que não disponibiliza na estação equipamentos de incêndio, conforme reclamação de fl. 03 do IC nº927/2009, sendo o serviço prestado de maneira insatisfatória, pondo em risco a vida e a segurança dos passageiros.

O descumprimento das normas de segurança dos passageiros traz acentuados prejuízos aos usuários, que pagam pela tarifa integral sem que tenham direito ao serviço adequado que é parte do compromisso que a empresa assume quando lhe foi delegada a prestação do serviço público.

Em 10 de junho de 2009, a Diretoria Geral de Serviços Técnicos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro - CBMERJ emitiu Parecer Técnico nº 002 de 2009 (fls. 77/78) informando que não foi constatada a existência de projeto de segurança contra incêndio e pânico aprovado para as estações da Praça XV, Niterói e Paquetá. Desta forma, as referidas estações foram notificadas, através das Notificações nº 39.500, 40.496 e 40.497, respectivamente, para que apresentassem no prazo de 30 dias o projeto devidamente aprovado pela DGST.

Em 24 de janeiro de 2011, a concessionária ré Barcas S/A informou que o projeto de segurança contra incêndio e pânico da estação de Araribóia, elaborado pela empresa AGF Segurança Contra Incêndio Ltda, encontra-se pronto (fls. 91/126; 147/152), bem como que o procedimento de pânico e

incêndio referente à estação da Praça XV encontrava-se em fase inicial e, logo após seu término, seria feito o do Terminal de Paquetá.

Em 22 de junho de 2012, o autor recebeu ofício (fls. 210) da Diretoria Geral de Serviços Técnicos do Corpo de Bombeiros informando que aplicou Auto de Infração à concessionária ré por não ter cumprido a exigência formulada pela Notificação nº 39500, expedida em 27 de maio de 2009, qual seja, apresentar projeto de segurança contra incêndio e pânico aprovado pela DGST com expedição de laudo de exigências (fls. 213). Isto porque, o mencionado Laudo de Exigências solicitado pela empresa AGF foi indeferido pela DGST (fls.211/212).

Para a estação de Paquetá foi emitido certificado de aprovação pelo cumprimento de todas as medidas de Segurança Contra Incêndio e Pânico, consignadas no Laudo de Exigências (fls. 215/216), em atenção à Notificação nº 40497 (fls. 214).

Assim, observa-se que restou transcorrido o prazo de pouco mais de três anos para que houvesse a adequação por parte da concessionária ré Barcas S/A aos padrões de segurança estabelecidos pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, sem sucesso, não havendo mais que se falar em uma possível prorrogação para o ajustamento, haja vista estarem os usuários expostos a riscos.

DA FUNDAMENTAÇÃO

a) O risco à segurança dos usuários

Por não possuir condições adequadas de segurança contra incêndio e pânico na estação da Praça XV, eis que o respectivo projeto não foi aprovado pela DGST do CBMERJ, bem como por não disponibilizar em suas estações e embarcações equipamentos de incêndio, a ré põe em risco a vida e segurança dos usuários, com o descumprimento de vários dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, notadamente os arts. 6º, I e 8º:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

*I - a **proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;** (grifo nosso).*

*Art. 8º Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo **não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores,** exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito. (grifo nosso).*

Art. 10. O fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança. (grifo nosso).

b) Inadequada prestação de serviço público

Além disso, a ré vem exercendo a sua função de forma desidiosa, faltando com o seu dever de eficiência, previsto no art. 175, parágrafo único, IV, da Constituição da República. Afinal, a prestação eficiente dos serviços pressupõe a respectiva segurança, bem como a obrigação de manter o serviço adequado.

Nesse sentido:

"A Constituição Federal, referindo-se ao regime das empresas **concessionárias e permissionárias, deixou registrado que tais particulares colaboradores,** a par dos direitos a que farão jus, **têm o dever de manter adequado o serviço que executarem, exigindo-lhes, portanto, observância ao princípio da eficiência** (art. 175, parágrafo único, IV)" (CARVALHO FILHO. José dos Santos. Obra citada, pág. 242) (grifou-se).

A ré ainda infringe o art. 6º, X, do Código de Defesa do Consumidor:

art. 6º São direitos básicos do consumidor:

X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

O art. 22, do mesmo diploma legal:

art. 22 - Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias, ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados,

eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código.

E o art. 39 do CDC:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos e serviços, dentre outras práticas abusivas:

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (...);

Os serviços prestados pela ré mostram-se, portanto, ineficientes, incapazes de corresponder aos compromissos assumidos no contrato de concessão, de forma a atender às necessidades do consumidor que utiliza os serviços da concessionária ré, caracterizando um **vício de serviço**, nos termos do art. 20 do Código de Defesa do Consumidor.

c) Danos individuais e coletivos

Por seu turno, tais vícios ocasionam danos ao consumidor, decorrentes da ausência de medidas de segurança contra incêndio e pânico (falta de equipamentos de segurança), dada a não aprovação do respectivo projeto, bem como pela circulação diária de milhares pessoas pela estação Praça XV sem referida proteção. Tais circunstâncias podem configurar o fato do serviço (art. 14 do Código de Defesa do Consumidor).

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

- I - o modo de seu fornecimento;
- II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;
- III - a época em que foi fornecido.

A ré deve, portanto, ser condenada a ressarcir os consumidores - considerados em caráter individual e também coletivo - pelos danos, materiais e morais, que vem causando com a sua conduta, por expor diariamente a segurança dos seus milhares de usuários.

d) Existência de danos coletivos

A exposição dos passageiros a risco de vida e segurança pela ausência de um sistema de proteção contra incêndio é ofensiva à coletividade dos consumidores, colocando-os em situação de nítida insegurança, na medida em que os mesmos estão desprotegidos na hipótese da ocorrência de incêndio e pânico no interior da estação das barcas, eis que sequer possuem equipamentos de proteção.

É importante frisar, com relação ao dano moral coletivo, a sua previsão expressa no nosso ordenamento jurídico nos art. 6º, VI e VII do CDC.

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

VI - a efetiva proteção e reparação de danos patrimoniais e **morais**, individuais, **coletivos e difusos**;

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e **morais**, individuais, **coletivos e difusos**; (grifo nosso).

No mesmo sentido, o art. 1º da Lei nº. 7.347/85:

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta lei, sem prejuízo da ação popular, **as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais** causados: (grifou-se).

I - ao meio ambiente;

II - ao consumidor;

III - a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo;

V - por infração da ordem econômica e da economia popular;

VI - à ordem urbanística.

Assim, como afirma Leornado Roscoe Bessa, em artigo dedicado especificamente ao tema, "além de condenação pelos danos materiais causados ao meio ambiente,

consumidor ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo, destacou, a nova redação do art. 1º, a responsabilidade por dano moral em decorrência de violação de tais direitos, tudo com o propósito de conferir-lhes proteção diferenciada”.¹

Como afirma o autor, a concepção do dano moral coletivo não pode está mais presa ao modelo teórico da responsabilidade civil privada, de relações intersubjetivas unipessoais.

Tratamos, nesse momento, uma nova gama de direitos, difusos e coletivos, necessitando-se, pois, de uma nova forma de sua tutela. E essa nova proteção, com base no art. 5º, inciso XXXV da Constituição da República, se sobressai, sobretudo, no aspecto preventivo da lesão. Por isso, são cogentes meios idôneos a punir o comportamento que ofenda (ou ameace) direitos transindividuais.

Nas palavras do mesmo autor, “em face da exagerada simplicidade com que o tema foi tratado legalmente, a par da ausência de modelo teórico próprio e sedimentado para atender aos conflitos transindividuais, faz-se necessário construir soluções que vão se utilizar, a um só tempo, de algumas noções extraídas da responsabilidade civil, bem como de perspectiva própria do direito penal”.²

¹ BESSA, Leonardo Roscoe. *Dano moral coletivo*. In Revista de Direito do Consumidor n° 59/2006.

² _____, Leonardo Roscoe. *Dano moral coletivo*. In Revista de Direito do Consumidor n° 59/2006.

Portanto, a par dessas premissas, vemos que a função do dano moral coletivo é homenagear os princípios da prevenção e precaução, com o intuito de propiciar uma tutela mais efetiva aos direitos difusos e coletivos, como no caso em tela.

Neste ponto, a disciplina do dano moral coletivo se aproxima do direito penal, especificamente de sua finalidade preventiva, ou seja, de prevenir nova lesão a direitos metaindividuais.

Menciona, inclusive, Leonardo Roscoe Bessa que "como reforço de argumento para conclusão relativa ao caráter punitivo do *dano moral coletivo*, é importante ressaltar a aceitação da sua função punitiva até mesmo nas relações privadas individuais."³

Ou seja, o caráter punitivo do dano moral sempre esteve presente, até mesmo nas relações de cunho privado e intersubjetivas. É o que se vislumbra da fixação de astreintes e de cláusula penal compensatória, a qual tem o objetivo de pré-liquidação das perdas e danos e de coerção ao cumprimento da obrigação.

Ademais, a função punitiva do dano moral individual é amplamente aceita na doutrina e na jurisprudência. Tem-se, portanto, um caráter dúplice do dano moral: indenizatório e punitivo.

³ _____. *Dano moral coletivo*. In Revista de Direito do Consumidor nº 59/2006.

É o mesmo se aplica, nessa esteira, ao dano moral coletivo.

Em resumo, mais uma vez se utilizando do brilhante artigo produzido por Leonardo Roscoe Bessa, “a dor psíquica ou, de modo mais genérico, a afetação da integridade psicofísica da pessoa ou da coletividade não é pressuposto para caracterização do *dano moral coletivo*. Não há que se falar nem mesmo em “sentimento de despreço e de perda de valores essenciais que afetam negativamente toda uma coletividade” (André Carvalho Ramos) “diminuição da estima, inflingidos e apreendidos em dimensão coletiva” ou “modificação desvaliosa do espírito coletivo” (Xisto Tiago). Embora a afetação negativa do estado anímico (individual ou coletivo) possa ocorrer, em face das mais diversos meios de ofensa a direitos difusos e coletivos, a configuração do denominado *dano moral coletivo* é absolutamente independente desse pressuposto”.⁴

Constitui-se, portanto, o dano moral coletivo de uma função punitiva em virtude da violação de direitos difusos e coletivos, sendo devidos, de forma clara, no caso em apreço.

Os fatos narrados são ofensivos toda a coletividade e põem em risco especialmente a grande massa de usuários das barcas na estação da Praça XV. É necessário, pois, que o ordenamento jurídico crie sanções a essa atitude da ré,

⁴ _____. *Dano moral coletivo*. In Revista de Direito do Consumidor nº 59/2006.

a par da cessação da prática, sendo esta a função do dano moral coletivo.

Nesse sentido a jurisprudência do TJ-RJ, com o reconhecimento do dano moral coletivo:

2008.001.64608 - APELAÇÃO DES. CARLOS C. LAVIGNE DE LEMOS - Julgamento: 19/08/2009 - SETIMA CAMARA CIVEL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FALTA DE CAIXA CONVENCIONAL, NO ANDAR TÉRREO DE AGÊNCIA BANCÁRIA, DESTINADA AO ATENDIMENTO DE PESSOAS IDOSAS, GESTANTES E PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES E NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. O DANO MORAL ESTÁ PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL, QUE NÃO FAZEM QUALQUER DISTINÇÃO SOBRE O SEU CONTEÚDO. O CARÁTER PUNITIVO, PEDAGÓGICO OU REPARATÓRIO RESULTA DE CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL. DANO MORAL COLETIVO CARACTERIZADO. A TUTELA DE INTERESSES COLETIVOS TEM PREVISÃO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL, DIANTE DA POSSIBILIDADE DE OFENSA AO SENTIMENTO DA COLETIVIDADE. NÃO HÁ, POIS, INCOMPATIBILIDADE ENTRE O CONCEITO DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS, INDIVISÍVEIS, PERTENCENTES A UM GRUPO DETERMINÁVEL DE PESSOAS E O DE DANO MORAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS IMPROVIDOS.

Inclusive, o próprio STJ já dá indícios de "overruling", como se pode notar através do recente julgado sobre o tema, o REsp 1.057.274-RS:

DANO MORAL COLETIVO. PASSE LIVRE. IDOSO.

A concessionária do serviço de transporte público (recorrida) pretendia condicionar a utilização do benefício do acesso gratuito ao transporte coletivo (passe livre) ao prévio cadastramento dos idosos junto a ela, apesar

de o art. 38 do Estatuto do Idoso ser expresso ao exigir apenas a apresentação de documento de identidade. Vem daí a ação civil pública que, entre outros pedidos, pleiteava a indenização do dano moral coletivo decorrente desse fato. Quanto ao tema, é certo que este Superior Tribunal tem precedentes no sentido de afastar a possibilidade de configurar-se tal dano à coletividade, ao restringi-lo às pessoas físicas individualmente consideradas, que seriam as únicas capazes de sofrer a dor e o abalo moral necessários à caracterização daquele dano. Porém, essa posição não pode mais ser aceita, pois o dano extrapatrimonial coletivo prescinde da prova da dor, sentimento ou abalo psicológico sofridos pelos indivíduos. Como transindividual, manifesta-se no prejuízo à imagem e moral coletivas e sua averiguação deve pautar-se nas características próprias aos interesses difusos e coletivos. Dessarte, o dano moral coletivo pode ser examinado e mensurado. Diante disso, a Turma deu parcial provimento ao recurso do MP estadual. REsp 1.057.274-RS, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 1º/12/2009. (Grifou-se)

e) Os pressupostos para o deferimento da liminar

PRESENTES AINDA OS PRESSUPOSTOS PARA O DEFERIMENTO DE LIMINAR, quais sejam, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. O *fumus boni iuris* encontra-se configurado, já que a ré não disponibiliza aos seus usuários os equipamentos adequados contra incêndio e pânico no interior da sua principal estação, na Praça XV, o que a torna inapta ao recebimento com segurança dos passageiros/usuários, que por sua vez pagam as tarifas determinadas no intuito de receber uma prestação adequada e segura do serviço.

O *periculum in mora* se prende à circunstância de que a estação da Praça XV opera sem os requisitos necessários de segurança para o embarque e desembarque de passageiros, na hipótese de ocorrer incêndio e pânico e, apesar de cobrar normalmente pelo serviço, descumprem os termos da concessão, não respondem satisfatoriamente as solicitações que garantem a segurança e adequação da estação, pondo em risco a integridade física, moral e psíquica dos usuários do transporte aquaviário, podendo vir a ocasionar danos irreparáveis ou de difícil reparação.

DO PEDIDO LIMINAR

Ante o exposto o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **requer LIMINARMENTE E SEM A OITIVA DA PARTE CONTRÁRIA** que seja determinado *initio litis* à ré que implemente um projeto adequado contra incêndio e pânico na estação da Praça XV conforme as normas técnicas estabelecidas pelo órgão competente, devidamente aprovado por este, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e de interrupção das atividades na Estação da Praça XV.

DOS PEDIDOS PRINCIPAIS

Requer ainda o Ministério Público:

- a) que, após apreciado liminarmente e deferido, seja julgado procedente o pedido formulado em caráter

liminar, obrigando a ré a implementar e manter um projeto adequado contra incêndio e pânico na estação da Praça XV conforme as normas técnicas estabelecidas pelo órgão competente, devidamente aprovado por este, em caráter definitivo;

b) que seja a ré condenada a reparar os danos materiais e morais causados aos consumidores, considerados em sentido individual e coletivo, no valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), cujo valor reverterá ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, mencionado no art. 13 da Lei n° 7.347/85;

c) a publicação do edital ao qual se refere o art. 94 do CDC;

d) a citação da ré para que, querendo, apresente contestação, sob pena de revelia;

e) que seja condenada a ré ao pagamento de todos os ônus da sucumbência.

Protesta, ainda, o Ministério Público, nos termos do artigo 332 do Código de Processo Civil, pela produção de todas as provas em direito admissíveis, notadamente a pericial, a documental, bem como depoimento pessoal dos réus, sob pena de confissão, sem prejuízo da inversão do ônus da prova previsto no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Dá-se a esta causa, por força do disposto no artigo 258 do Código de Processo Civil, o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2012.

Pedro Rubim Borges Fortes

Promotor de Justiça

Mat. 2296